

TEMA EM DEBATE

MUITO AQUÉM DE UMA MÍDIA RADICAL: REFLEXÃO SOBRE A LIMITAÇÃO DAS MÍDIAS NO MOVIMENTO SINDICAL

MARCILIO ROCHA RAMOS *

“Pela primeira vez na história, as mídias tornam possível a participação em massa de um processo produtivo social e sociabilizado, cujos meios práticos encontram-se nas mãos das próprias massas” (Hans Magnus Enzensberger, Elementos para teoria dos meios de comunicação)

1. INTRODUÇÃO

A utilização da tecnologia – que é um instrumento da produção socialmente construída pelo homem – não está dissociada dos conflitos e interesses que se estabelecem entre classes sociais e no seio das próprias classes em disputa pelo poder. No movimento sindical não poderia ser – nem é – diferente. Nos últimos vinte anos, os organismos dos trabalhadores também buscaram informatizar seus processos para dar suporte a suas lutas. Esta busca resultou em melhores condições de trabalho para seus funcionários e melhores serviços para as categorias de trabalhadores, mas, quanto às lutas, a informatização esbarrou nos limites dos projetos políticos das direções e, se quisermos acrescentar, se debateu também com os próprios limites das suas capacidades pessoais.

Como uma das principais resultantes das limitações das diversas forças representativas dos trabalhadores, as tecnologias da informação e da comunicação não passaram de *instrumento* em contraposição ao desafio de transformá-las em *elemento estruturante* das inteligências, do que se passou a chamar de “cibercultura” ou “sociedade da informação”, visando a razão máxima de existir de uma direção sindical: ajudar a classe que representa a defender seus interesses e atingir seu objetivo na história – sobrepor-se à classe que lhe surrupia os sonhos e a vida. Neste artigo será defendida a idéia de que as exceções com o uso inteligente e revolucionário das tecnologias da informação e da comunicação podem se tornar a regra nas práticas sindicais, a depender dos agentes das suas direções. Fazer esta projeção nos parece fundamental para estabelecer políticas de comunicação e utilização das tecnologias nas lutas dos trabalhadores, e sair de uma discussão-álibi, que sempre reitera a imagem aterrorizante de uma indústria da consciência monolítica como a “responsável” pela produção da ideologia, da dispersão e das derrotas dos trabalhadores.

2. DA TEORIA ÀS PRÁTICAS

Já nos anos 70, Hans

Enzensberger (1979) assinalava que a força mobilizadora é o segredo evidente das mídias eletrônicas, o momento político decisivo, que até hoje aguarda

reprimido, ou *amputado*, sua hora. Para Enzensberger, as mídias assumiram uma importância estratégica justamente porque seu paradigma emissor-receptor da comunicação de massa reproduz a luta de classes no capitalismo, na qual o emissor representa os interesses das classes dominantes e o receptor é a classe dominada. Cerca de trinta anos depois, a tese do ensaísta alemão se configura na realidade das lutas sindicais não como regra – porque sua força continua amputada e reprimida –, mas como uma exceção para confirmar-se na prática dos que realmente tentaram subverter a ordem dos de cima: os movimentos que buscaram a constituição de mídias radicais como elemento das suas ações lograram sucesso mesmo diante de forças muito superiores, como relata John Downing (2002) em **Mídia radical**.

Nos últimos vinte anos houve uma explosão com novas formas de comunicação, com rádio e TVs comunitárias, jornais e meios eletrônicos através da Internet, muitas das quais acabaram subvertendo as ordens dos de cima. Downing faz um relato pioneiro e denso sobre aspectos da história política e cultural recente com a utilização destas mídias. Ele caracteriza as mídias radicais não apenas como jornais, boletins, cinema, rádios, televisões comunitárias e *sites* radicais veiculados na Internet, mas também como as canções populares, a linguagem rebelde dos grafiteiros e o que ele chama de *mídias têxteis*, ou seja, vestuários como a túnica utilizada pelos palestinos, os trajes maias na Guatemala, brochuras e *buttons* de lapela, adesivos de pára-choques, o teatro popular, a arte do pôster, os cartuns satíricos, a pornografia política, as histórias em quadrinhos, as xilogravuras, fotomontagens, murais etc. Ou seja, mídias radicais são modos de expressão e comunicação alternativos, sem as formas industriais dominantes.

Downing recupera a memória de movimentos como a explosão portuguesa, com o colapso da ditadura de António de Oliveira Salazar (1932-1968) e do colonialismo, três décadas de mídia radical na Itália, a televisão comunitária e a comunicação política popular nos Estados Unidos, o *samizdat* no antigo bloco soviético. Este relato pode ser fartamente abastecido com experiências no Brasil através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos movimentos de bairros e favelas, do movimento de mulheres, das lutas estudantis, das mobilizações por alteridade dos grupos e etnias excluídos, todos utilizando diversos tipos de mídias como elemento de comunicação contra a barbárie capitalista. Na prática, a teoria do uso revolucionário das mídias eletrônicas não se revelou algo diferente de si mesma, mas, pelo contrário, confirmou-se como o elemento central das lutas de classes daqueles que as utilizaram com inteligência.

Félix Guattari (1987: 222) destaca que é na perspectiva de *rizomas* que se configuram as possibilidades de revoluções moleculares com as mídias, um conceito que deveras ilustra a tomada de atitude, nos espaços de convivência, relacionando pequenas ações às grandes iniciativas sociais de transformação, mudança e revolução, uma vez que as mutações escaparão cada vez mais do controle do capitalismo, através de “novos tipos de organização capazes de operar de acordo com essa junção, esse acúmulo de efeitos das revoluções moleculares, lutas operárias, lutas de emancipação”.

Que elementos *amputam* e *reprimem* as práxis para ações radicais com as tecnologias da informação e da comunicação no movimento sindical, justo em espaços com mais estrutura, história e organização? Identificamos duas tangentes nesta realidade: 1) a (re)produção de um discurso inócuo sobre os malfazereres das grandes mídias e 2) a própria prática cumprindo um ciclo de repetições sem maiores alternativas.

3. DOS DISCURSOS TANGENTES ÀS JUSTIFICATIVAS DO NÃO-FAZER

A compreensão não dialética e obsoleta das mídias, vistas somente com as funções de comando e controle – ainda fortemente presentes nos movimentos de esquerda –, na prática se consolida como escusa justamente para não se fazer o que se faz necessário: a produção de mídias radicais no embate sócio-político e a produção de debates sobre sua existência como elemento central da luta de classes nestes novos tempos, no plano da irradiação de novas idéias para a comunicação através das novas mídias. As elites do movimento continuam a reiterar a demonização do adversário para encobrir suas fraquezas e omissões em discursos-álibis aparentemente revolucionários porque cheios de terminologias denunciadoras, mas marcadamente elitistas e tangentes, justo porque buscam dar guarida à perpetuação das suas práticas, à alienação dos seus comandados e à manutenção do *status quo* sindical.

Diante da fragmentação dos processos de trabalho radicalizados com o desenvolvimento das tecnologias, a expectativa ou, digamos, o sonho com as tecnologias da informação e da comunicação seria transformá-las em *mídia radical* no movimento popular e sindical. Não com estas palavras, mas com este sentido, os diversos Congressos Nacionais da CUT e os encontros de assessorias sindicais (políticas e jornalísticas) Brasil afora vislumbraram a partir dos meados dos anos 80 “unificar ações”, “unificar recursos” e “unificar meios” para mudar qualitativamente as formas de comunicação sindical.

Uma das principais proposições residia em criar condições para a mídia sindical pautar as discussões políticas dos trabalhadores, concorrendo, assim, no plano ideológico, com os veículos da grande mídia – ainda a mentora do *agendamento* do que é ou não notícia, do que é ou não fato, do que é ou não verdade, do que deve ser ou não divulgado. E por que tal não ocorreu? Naturalmente, todos os elementos desta resposta não cabem numa simples avaliação de um determinado período. O sentido objetivo da coisa em si é macro porque está inserido na realidade histórico-social dos trabalhadores, pertence a um horizonte de um todo determinado pelas lutas e os limites das lutas, a força do capital e dos seus organismos, a economia e a cultura, nas quais estão inseridas a política e a consciência, os interesses de classe e a alienação, ainda que possa ser articulado a partir dos próprios projetos das tendências que se apresentaram ao movimento, culminando na hegemonia de uma tendência no movimento que passaria a ser também a força principal nos movimentos da política da esquerda. Seguir o rastro dos caminhos desta hegemonia explicita a estrutura desta realidade, seu modo de ser existente, sua singularidade. Duas realidades se estabeleceram com as tecnologias da informação e da comunicação no movimento sindical:

1) quase todas as grandes instituições se informatizaram (leia-se: compraram computadores, informatizaram processos, adquiriram acesso à Internet, criaram páginas na *web*), mas

2) a informatização não alterou profundamente as relações entre a direção e os trabalhadores devido a uma questão política, um projeto político. Houve uma *vernização* da forma, não um re-conceito do fazer.

Diante destes fatos cabem indagações: por que, após a reestruturação sindical, sua retomada, no final dos anos 70 e 80, não trouxe uma evolução qualitativa das suas práxis, compreendendo este conceito no sentido articulado por Jürgen Habermas, qual seja, uma ação (*o movimento sindical*) alicerçada numa teoria (*o movimento classista*) e associada a uma estratégia (*a luta classista dos trabalhadores*)? Por que tal não se deu se as condições objetivas foram conquistadas com a retomada dos sindicatos e o apoio dos trabalhadores às novas direções e as condições subjetivas (a necessidade de informação classista, a defesa dos interesses de classe) eram quase unânimes, pelo menos no plano do discurso das suas lideranças? Uma contra-argumentação a esta mesma questão se coloca: se a realidade que se estabeleceu tornou-se tão forte e dominante por força e domínio do capital que, aparentemente, se tornou globalizante, por que, ao menos no plano da utilização das tecnologias (leia-se, da formação sindical e política), não foi possível produzir uma nova prática? Por que a resultante na utilização das tecnologias culminou também, assim como na prática política das suas direções, na burocracia, na repetição?

Embora toda realidade tenha exceção, as exceções não serviram para confirmar a regra presente no discurso das novas elites políticas, o de que *o possível foi feito*. Antes pelo contrário: serviram para mostrar que a realidade seria diferente se não tivesse sido tangenciada. Segundo a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), até o final do primeiro governo Lula foram fechadas no Brasil quase 2.500 rádios comunitárias. Atualmente, mais de dez mil pessoas estão sendo indiciadas pela Polícia Federal. No entanto, mais de quinze mil rádios operam clandestinamente, num flagrante desafio à autoridade do Estado. O movimento não retroage porque, no cerne da sua existência, interagem as forças das lutas entre interesses contrários que se explicitam na contemporaneidade, sobretudo pela apropriação dos meios de comunicação e disputas ideológicas sob as demandas produzidas pela própria sociedade tecnocrata.

Movimentos com rádios comunitárias pelo Brasil afora que resultaram em lutas e conquistas sociais e até se tornaram objeto cinematográfico poderiam fazer parte do lastro da regra com as tecnologias no movimento sindical, a exemplo de diversos movimentos, no campo e na cidade, com mídias radicais, o que, sem dúvida, cabe em outra publicação tão densa como a de Downing, anteriormente citada.

Mas não. A culminância da informatização são páginas da *web* tão desinteressantes (ou mais) quanto o “arquivo morto” dos sindicatos que lá

encontramos após recuperá-los das “direções atrasadas” nos anos 80. A burocratização no uso das tecnologias é fundamentada na burocratização da ação política que se estabeleceu após a retomada dos sindicatos e a hegemonização de uma concepção que agora se revela muito próxima, similar, às vezes igual, àquela contra a qual os trabalhadores com corações e mentes se debateram para derrotá-la: um sindicalismo voltado (quando muito) somente para questões salariais, numa visão corporativa, estrangulando as demandas em pedaços para serem atendidos separadamente, como se fosse possível atingir o todo pela soma das partes. O que se hegemonizou como “campo majoritário” e, portanto, como forma de fazer política, fazer comunicação, *não* estava escrito nas teses dos que reconstruíram o movimento sindical. Contra o sindicalismo de resultados propunha-se não um sindicalismo de negócios e negociações mas um sindicalismo classista, uma imprensa classista, uma luta classista.

Em todos os momentos de avaliação, análise e projeção do movimento a comunicação era apresentada como elemento de formação sindical e relação entre o movimento e a sociedade. Portanto, uma mídia muito além das corporações trabalhistas. O impasse (aparente) era ainda a predominância de sindicalistas não-classistas dentro das instituições, de maneira que era preciso esperar para fazer a hora. Embora aparentemente realista, esta versão não se mostraria verdadeira.

4. DAS CONQUISTAS SINDICAIS À ESPERA DA HORA PERFEITA

Somente a partir dos anos 80 os grandes sindicatos da Bahia, como o Sindiquímica (atual Químicos e Petroquímicos), Sinergia (Eletricitários), Bancários, Metalúrgicos, Sindipetro e Stiep (base dos Petroleiros) passaram a trabalhar com assessorias de imprensa e a presença de um profissional formado em comunicação. As lideranças de base destes sindicatos vinham de lutas muito intensas para derrotar direções que chamavam de “pelegas” por serem da confiança dos representantes do regime militar que se estabeleceu a partir do golpe de 1964.

O movimento contra estas lideranças pode ser sintetizado na “bandeira” de luta *liberdade e autonomia sindical*, que simbolizava a construção de uma estrutura *classista* com sindicatos por ramos de produção na qual os próprios trabalhadores determinariam suas formas de organização, mobilização e políticas sindicais. O fim do imposto sindical (cota obrigatória determinada pelo governo, com uma parcela repassada às direções) era concebido como um golpe mortal contra o “sindicalismo atrasado” encastelado nas instituições dos trabalhadores. Depois, a necessidade de utilizar este mesmo imposto passou a ser defendida pelas novas direções, sob o argumento de aplicá-lo na estruturação sindical, em novas tecnologias etc. Arte do discurso sob o manto da ideologia...

Antes da retomada pelas oposições sindicais, os sindicatos funcionavam como cartórios. Suas direções agiam dentro da burocracia do Estado e, portanto, para o sindicalismo oficial as mobilizações se faziam “desnecessárias” porque a própria direção “substituíria” a luta dos trabalhadores, numa tentativa de

resolver os problemas pela conciliação de classes, nos velhos moldes do ideal trabalhista de Getúlio Vargas, além de dispor da cota fixa do imposto sindical. Um sindicalismo com dinheiro garantido e sem conflito. Portanto, desnecessária seria também uma forma intensa de comunicação. Eis uma das razões para a não-existência deste mercado de trabalho para os jornalistas, salvo raras exceções.

Para derrotar estas direções, a informação passou a ser um elemento importante. Mas o movimento não dispunha de profissionais, seja por não ter instâncias para contratá-los, seja porque seus militantes não poderiam assumir o ônus do pagamento de profissionais de comunicação. A saída foi a realização da comunicação pelos próprios trabalhadores e, eventualmente, a recorrência ao “jornalista companheiro”. Ou seja, o profissional de comunicação se tornar também um militante. O que, efetivamente, ocorreu, embora em parcimônia, pois não é fácil arregimentar jornalistas quando os movimentos ainda estão a ser paridos e as estruturas a serem criadas.

No embate das lutas encarniçadas entre oposição sindical e direção “pelega”, apresentamos às direções sindicais – já vitoriosas – a proposta de unificar as sedes e as gráficas dos seus sindicatos livres para potencializar as ações de comunicação com suas respectivas categorias e dar suporte às lutas das outras categorias ainda em disputa contra as direções que conseguiam se manter no poder, atreladas a uma estrutura que tinha como base não a força dos trabalhadores mas exatamente sua contradição: os baixos índices de sindicalização, estatutos draconianos e a Justiça, marcadamente comprometida com a manutenção do *status quo* sindical.

A cada iniciativa, a mesma resposta: só poderíamos construir esta *fortaleza sindical* (era a terminologia que utilizávamos para unificar a estrutura física, as direções e as tecnologias) quando a CUT se estabelecesse como força estruturante das lutas dos trabalhadores, o que implicava na vitória total das forças chamadas “classistas”. Já no calor da disputa, as tendências do movimento revelavam uma falta de visão estratégica da comunicação e os germes de profundas dissensões políticas. Uma a uma as vitórias foram acontecendo. Chegamos ao final dos anos 80 com uma vitória arrebatadora no movimento, simbolizada na vitória da chapa Cutista dos Rodoviários e a derrota de Braulino Leite (seu presidente durante vários mandatos), que encarnava o poder de uma força sindical marcada pela fraude eleitoral e pela violência na disputa da máquina. Mas o objetivo de unificar recursos e equipamentos para estruturar uma forma estratégica de comunicação para os trabalhadores baianos não foi alcançada, nem naquela década nem na próxima.

Devido ao sucesso de muitas greves, na Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), na Companhia de Energia do Estado da Bahia (Coelba) e no Pólo Petroquímico de Camaçari, a renovação sindical e, principalmente, a constituição da CUT, com suas instâncias presentes em todo o país, a perspectiva era de grandes mudanças nos anos 90. As jovens lideranças que surgiram e tomaram posse no sindicalismo baiano revelavam disposição de ir muito além das greves setorializadas e se articulavam para a construção de

movimentos gerais em categorias por ramo de produção, unificados num só movimento contra o capital e suas políticas. Com a força da CUT, reconhecida como um organismo classista dos trabalhadores, o movimento sindical tratou então de dar resposta a dois desafios que se faziam urgentes:

1) Preparar politicamente suas direções através da formação política. Entre os órgãos de formação, o Instituto Cajamar, de São Paulo, passou a funcionar como um organismo socializador de conhecimentos para líderes sindicais de todo o Brasil;

2) Estruturar-se para lutas que se anunciavam através das privatizações, das revoluções tecnológicas e da ideologia neoliberal gestada nos anos 80 no governo de Margareth Thatcher, na Inglaterra. Esta estruturação compreendia reformas das sedes, informatização dos processos, contratação e treinamento de profissionais e ações de classe.

Mas o capital também tinha suas demandas. Peter McLaren e Ramin Farahmandpur (2002) relatam que, desde meados dos anos 70, o capitalismo vinha tomando iniciativas estratégicas para restaurar a média dos seus faturamentos com iniciativas para restaurar a produção nacional e internacional através da centralização do capital, unificando interesses comerciais, intensificando a exploração nos países avançados, mecanizando a produção e disseminando as novas tecnologias pelo mundo, apontando a face mais evidente destes anos: a produção do desemprego e a transferência de empresas públicas para o setor privado. Aqui e alhures.

Tais iniciativas são chamadas também de “globalização”, na qual as técnicas e as tecnologias (principalmente da informação e da comunicação) vão ser utilizadas como instrumento estruturante das estratégias acima descritas. É quando a mídia alcança também uma evolução qualitativa como instrumento ideológico das classes dominantes. A grande mídia, sim, consegue maximizar a potencialidade destas tecnologias, cuja síntese subjetiva é a tentativa da clonagem dos espíritos com os valores de um novo mundo das corporações multinacionais, no qual a queda do Muro de Berlim no final da década de 1980 simboliza o fim do sonho de que outro mundo seja possível, que não o mundo que passou a ser oferecido em forma de consumo e barbárie.

A lógica da estruturação e modernização dos sindicatos, tanto do ponto de vista político como material (nesta inclusas as tecnologias), tinha um sentido: reagir às ações do capital, simbolizada na sua ideologia, o neoliberalismo, e concretizada na globalização. Nacionalmente, os trabalhadores estavam organizados numa central (não única, porque existiam outras), representando muito mais as incursões patronais no movimento que as dissensões entre as lideranças e correntes políticas dos trabalhadores.

Na Bahia, o Sindicato dos Bancários sempre esteve na vanguarda na utilização das tecnologias. O sentido de “vanguarda” perde efeito, no entanto, quando comparado com o atraso tecnológico dos outros sindicatos. Já nos anos 80, o Sindicato tinha uma gráfica com capacidade para rodar material em policromia. Tomou a iniciativa também de realizar um boletim diário. Grande feito diante de

todas as assessorias. Químicos, Eletricitários e Petroleiros tinham pequenas gráficas para impressão em duas cores, através da máquina *Multilit*. Os demais sindicatos rodavam seus materiais em gráficas da iniciativa privada ou pediam favores a estas instituições. No entanto, mesmo com estes avanços setoriais, com todo o *pool* industrial, com as tecnologias da informação e da comunicação, o principal instrumento de comunicação destas instituições até hoje continua sendo um boletim ofício, frente e verso, com informações fundamentadas em textos opinativos, cuja linguagem está muito mais próxima da publicidade que do jornalismo.

Destes sindicatos, somente os Bancários e os Petroquímicos renovaram seu parque gráfico, comprando equipamentos mais pesados e mais qualificados para impressão em larga escala e saindo do “boletim informativo” para jornais de quatro páginas (em média) e tamanho duplo ofício. Muitos dos sindicatos venderam suas pequenas máquinas *Multilit* e adquiriram copiadoras tipo xerox ou passaram a imprimir seus informativos em gráficas da iniciativa privada, por considerarem mais econômico. Somente a partir dos meados dos anos 90 os grandes sindicatos baianos impulsionaram a informatização dos seus processos, principalmente nos setores jurídico, de imprensa e contabilidade. A década de 1990, que seria o período da grande realização sindical, marcou exatamente seu refluxo. Estabeleceu também um paradoxo: embora as instituições estivessem consolidadas com direções ditas classistas, a prática incorreu por outros caminhos, numa contradição com a gênese das suas próprias direções.

5. DAS IMPERFEIÇÕES DAS HORAS AOS PARADOXOS DO TEMPO

É no refluxo das lutas que toma corpo, estrutura, forma e poder uma concepção sindical que logo se tornaria um “campo majoritário” dentro da CUT e do Partido dos Trabalhadores (PT), hegemonzando-se com uma política de conciliação de classe, de busca de poder através de eleições parlamentares. A utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas instituições passou a somente dar suporte a estas concepções. Consolidou-se o que já vinha sendo ensaiado: uma prática de apenas retroagir. Mesmo com o poder da máquina sindical, agora hegemonzada pelas forcas “classistas”, a comunicação sindical não passou de informes internos das categorias. Nenhuma publicação mais ampla. Nenhum canal além da corporação. Tudo ainda focado na comunicação através do papel.

Logo, o não-privilegiamento da comunicação como elemento estruturante de um projeto para a sociedade demonstra a natureza restritiva do projeto em curso. O jornalismo sindical continuou somente a relatar os pontos focais das categorias de trabalhadores, fazendo um feijão-com-arroz do dia-a-dia sem maiores raios da imaginação criativa, anos-luz de uma mídia radical, burocratizando-se junto com suas próprias direções, como se ainda estivéssemos nos anos 80, quando, teoricamente, dizia-se não haver “condições” para se pensar uma grande imprensa dos trabalhadores... discursos... tangentes.

A utilização de mídias teoricamente “avançadas” (como páginas sindicais da

web) não chegou aos trabalhadores como forma de comunicação. Nem poderia. Pela pobreza dos seus conteúdos, pelas dificuldades de acesso, pela falta da sua razão mesma de existir, uma vez que não representam um movimento, um projeto de alteridade de classe. Vão pouco além da pobreza do próprio boletim informativo. E muitas seguem tais quais as páginas postadas na web por qualquer cidadão. Há que se ressaltar as formas de comunicação de diversos movimentos sociais, que buscam nas novas mídias novas formas de lutas.

Quem vem melhor se apoderando das conquistas dos próprios trabalhadores pelo direito à radiodifusão são justamente os adversários dos trabalhadores: os políticos, empresários e demais serviços das elites são hoje os maiores proprietários de rádios “comunitárias”. O sindicalismo não se apropriou da sua própria conquista e pouco se manifestou quando um dos principais ministérios do governo Lula, o das Comunicações, foi entregue a um aliado das grandes corporações midiáticas. Também fez muito pouco ou quase nada contra o fechamento das rádios comunitárias verdadeiramente livres. Nem se mobilizou para ampliar a Lei de Radiodifusão, que limita o alcance a apenas mil metros de extensão e impede a comunicação em rede.

Corporativo, o movimento não foi além das suas corporações e não construiu uma mídia capaz de lhes dar voz entre os próprios trabalhadores. Nem na Bahia nem em Estado nenhum do Brasil. Estas são algumas das razões pelas quais o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação não radicalizou as formas de comunicação entre as classes mais bem organizadas, nem mesmo nas organizações dos trabalhadores que detêm boas estruturas para ações rizomáticas nas artérias do capitalismo.

A menos que se justifique a eleição de um presidente da República como o troco legítimo de três décadas de lutas, e nele se deposite toda a esperança de quase quatro gerações, há que se repensar também o movimento sindical a partir das suas próprias formas de comunicação. Os fatos em que vivemos vinte anos depois – com um presidente eleito pelos trabalhadores levando a cabo um projeto neoliberal e ainda criando condições para a desmoralização da esquerda brasileira no mesmo plano corrupto da direita – dispensam qualquer comentário sobre este tipo messiânico de esperança.

6. DA PERDA DO TEMPO À BUSCA DE REGRAS NAS EXCEÇÕES

Ao concluirmos estas reflexões buscamos, com as experiências feitas como exceção, uma proposição para a construção de novas mídias. As práticas vêm principalmente dos jovens comunicantes, com as mais diversas formas de ações sobre os traumas e dramas dos cotidianos, através de diversas formas de participação e ativismo com rádio, vídeo, dança, música e poesia, apropriando-se dos meios de comunicação como *pontos de fuga* que significam, num plano geral, a busca de saídas do labirinto bárbaro imposto pelo que se chama de globalização: o estrangulamento das relações humanas e sua substituição a cada dia pela impessoalidade das relações de troca intermediadas pelo dinheiro. As experiências caminham para o estabelecimento de rizomas entre sujeitos e organizações mediadas pelas

tecnologias. Na teoria, retomamos às projeções de Enzensberger: o uso emancipador dos meios de comunicação, com produtores e receptores assumindo o mesmo papel social, através de:

- a) *programas descentralizados* (ao invés de submetidos a um controle central);
- b) *todo receptor sendo um emissor potencial* (em vez de um emissor e muitos receptores);
- c) *mobilização das massas* (e não imobilização de indivíduos isolados);
- d) *interação dos participantes, feedback* (em vez de conduta passiva ao consumo);
- e) *processo de aprendizagem política* (contrário ao processo de despolitização);
- f) *produção coletiva* (em substituição à produção por especialistas);
- g) *controle socializado por organizações autogestoras* (em lugar do controle exercido por proprietários e burocratas).

Isto significa a retomada das lutas por *freqüência próprias*, a construção de emissoras próprias e estações retransmissoras em tempo hábil, a realização de programas e programações socialistas, o fim do isolamento de cada indivíduo que participa do processo social produtivo e de aprendizado, através da auto-organização dos participantes.

Naturalmente, não são os aparelhos tecnológicos ou um sistema de aparelhos que trará a emancipação dos sujeitos, mas novas formas de ação socialista, em rede, buscando a retroação, o *feedback* e o movimento.

As rádios e TV comunitárias e as demais formas de mídias – que geram tanto temor às classes dominantes – prenunciam uma disputa que já ocorre em muitas ocasiões e lugares em campo aberto entre as grandes mídias e os movimentos das classes populares. Toda disputa pode ter uma diversidade de possibilidades. Uma das quais é a utilização das técnicas num indeterminado tempo da história para alienar e sujeitar os sujeitos ao controle, à permissividade, atendendo aos interesses dos seus emissores; outra é a possibilidade mesma das mídias se tornarem uma espécie de “Teseus” do mundo pós-moderno, oferecendo novas formas para a construção de ações, pensamentos e autoridades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Downing, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo, Senac, 2002.
- Enzensberger, Hans Magnus. **Elementos para teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979.
- Guattari, Félix. **Revolução molecular**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- McLaren, Peter e Farahmandpur, Ramin. **Pedagogia revolucionária na**

globalização. Trad. de Márcia Moraes. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

* *Marcílio Rocha Ramos é jornalista comunitário e mestre em Educação.*
[marcilio.rocha@uol.com.br]